



USP ESALQ – DIVISÃO DE COMUNICAÇÃO

Veículo: JP

Data: 15/09/2016

Caderno/Link: A8

Assunto: Licenciamento ambiental é tema de seminário na Esalq

Licenciamento ambiental é tema de seminário na Esalq

Evento vai discutir impactos com as tentativas de mudanças na lei

Felipe Ferreira

felipeferreira@jornal.com.br

Com o objetivo de buscar soluções para as propostas legislativas que ameaçam a segurança ambiental, será realizado entre hoje e amanhã, na Esalq (Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz), o seminário Licenciamento Ambiental - Avanços e Retrocessos. O evento é uma realização do Ministério Público por meio do Gaema (Grupo de Atuação Especial do Meio Ambiente) e da Esalq. Até o momento 400 pessoas já se inscreveram para participar do seminário que também pode-

rá ser acompanhado em tempo real pela internet.

Atualmente, diversas propostas põe em risco a realização do licenciamento ambiental, entre elas a PEC 65 (Projeto de Emenda Constitucional), que descaracteriza e retira a obrigação do processo de licenciamento. De acordo com o promotor do Gaema, Ivan Carneiro Castanheiro, a ideia central do seminário é demonstrar à população os impactos que poderão ser causados por esta e outras medidas em tramitação. "A PEC 65 é uma das tantas ameaças que, caso sejam aprovadas, poderão gerar danos significativos ao ambiente.

Os defensores dessas medidas alegam a sua importância para a retomada econômica, porém ignoram o risco à natureza que fica sujeita a danos irreversíveis. Nosso objetivo será reunir legisladores, técnicos e juristas para debater a legislação ambiental que é, sem dúvida, uma das mais avançadas do mundo, porém de execução frágil, principalmente pela precariedade na estrutura dos órgãos públicos licenciadores", disse Castanheiro.

O seminário contará com a participação de representantes dos poderes executivo, legislativo e judiciário, além de autoridades acadêmicas, as-

sim como de organizações não governamentais e entidades ligadas à área ambiental. "É certo que boa parte dos participantes sabe que a legislação necessita de aperfeiçoamentos, já que não se movimenta a economia sem que se produza degradação ambiental. Mas o papel do direito é regulamentar que haja um equilíbrio nesta questão, para garantir que ele seja sustentável ao longo do tempo com o mínimo de degradação", relatou. Ao término do encontro será elaborada uma carta que será encaminhada às autoridades. "Esta carta será destinada a todas as autoridades mostrando



Arquivo/Isabela Borghese/JP

Ivan Carneiro Castanheiro é promotor público do Gaema

a preocupação dos pesquisadores, juristas e da população para demonstrar a preocupação que temos caso sejam realmente simplificados os estudos de impacto ambiental. Não podemos esquecer que o meio ambiente é de todos e que o Estado precisa ser dotado de mecanismos objetivos que avaliem os impactos e ao mesmo tempo proporcione a prevenção aos danos ambien-

tais e uma compensação para aqueles que forem inevitáveis", disse o promotor.

PROGRAMAÇÃO— Serão realizadas hoje mesas de discussão com os temas Alterações propostas quanto ao licenciamento ambiental e Consequências ambientais vinculadas ao licenciamento. Amanhã serão cinco grupos temáticos.

